



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Com Muito Cuidado para (Não) Incluir: A persistência do eugenismo e do capacitismo nas políticas para crianças e adolescentes com deficiência

Carefully to (Not) Include: The persistence of eugenics and capacitism in policies for children and adolescents with disabilities

Sarah Fontenele Nunes¹

Natália Pimenta Pinna²

EIXO 1 - Políticas públicas, infância, adolescência e juventude

Introdução

Este trabalho, resultante dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) das autoras, propõe uma reflexão crítica sob os efeitos das lógicas eugenistas e capacitistas na conformação histórica das políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes com deficiência no Brasil. O objetivo é problematizar como tais políticas – ainda que formuladas sob a premissa da proteção integral – frequentemente reforçam estigmas e práticas institucionalizantes, que excluem esses sujeitos sociais, desconsiderando suas singularidades e potencialidades de existência para além do marcador social da deficiência.

A articulação dos TCCs permite lançar luz sobre duas dimensões complementares da problemática: de um lado, os marcos históricos que fundamentaram as percepções do cuidado de crianças e adolescentes a partir de ideologias eugenistas e medicalizantes; de outro, a persistência do capacitismo como forma de violência estrutural e cotidiana, que segue atravessando as políticas públicas contemporâneas e dificultando a efetivação dos direitos desse público.

A investigação se caracterizou enquanto uma pesquisa qualitativa (Minayo, 2002), por referências bibliográficas e documentais através de livros e periódicos digitais. Para a análise crítica do objeto, a interseccionalidade (Akotirene, 2023) se mostrou fundamental para refletir sobre a sociedade, uma vez que, por uma perspectiva de totalidade, sobrepõe múltiplas opressões sociais mostrando que um

¹ Assistente social (ESS/UFRJ). cursando o Programa de Residência Multiprofissional no Instituto Estadual de Hematologia Arthur Siqueira de Cavalcanti (Hemorio). E-mail: sfnunes2011@gmail.com.

² Assistente social (ESS/UFRJ). cursando Especialização em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz). E-mail: nataliapinna.ufrj@gmail.com.



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

indivíduo sofre por diversas direções.

Desenvolvimento

O ideário eugenista no Brasil já estava presente no final do século XIX, impulsionado pelas diretrizes higienistas e racistas de médicos e sanitaristas. Sua influência se intensificou com as políticas de embranquecimento e o incentivo à miscigenação, sendo incorporado nos textos constitucionais de 1934 e 1937, por meio do controle estatal que impunha às famílias negras e pobres a adesão aos modelos burgueses europeus de normalidade. Como destaca Pinna (2024, p. 65), “no caso dos programas de proteção e assistência às crianças, eles foram desenvolvidos, inicialmente, pelos médicos higienistas tidos como filantropos”, muitos dos quais nomeavam suas ações como uma forma de “caridade científica”.

No caso das crianças e adolescentes com deficiência, essas ações eram realizadas por instituições que as internavam integralmente, retirando-as do convívio familiar no lar, com forte caráter patológico. A institucionalização das crianças e adolescentes foi amplamente defendida como método de tratamento e educação, pois eram vistos pela sociedade enquanto perigo e fardo social. Assim, essa estigmatização perdurou por muitas décadas em ações filantrópicas e assistencialistas, até serem reconhecidas pelo Estado, que assumiu serviços públicos para essa parte da população, de forma pontual.

Contudo, apesar dos avanços legislativos e do discurso de inclusão promovido nas últimas décadas, a concepção de deficiência enquanto “anormalidade a ser corrigida” ainda persiste no imaginário social e nas práticas institucionais. Nunes (2024) mostra que a transição do modelo filantrópico para o modelo de direitos não se traduziu, necessariamente, em uma mudança na forma como o Estado e a sociedade lidam com as infâncias com deficiência.

Nesse cenário, o capacitismo atua como dispositivo que sustenta essas violências. A ausência de escuta ativa dessas crianças, a desconsideração de suas subjetividades e a ênfase excessiva na tentativa de padronizar esses corpos evidenciam uma lógica que ainda mede o valor do sujeito por sua produtividade ou adaptabilidade aos padrões normativos. Nunes (2024) também destaca que tais práticas não apenas violam os princípios da proteção integral, como aprofundam as desigualdades de raça, classe e gênero. A deficiência, nesse sentido, se torna marcador de um lugar social e historicamente construído para não pertencer.



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Considerações Finais

A análise desenvolvida evidenciou que, mesmo diante de avanços normativos e do discurso de proteção integral, as políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes com deficiência no Brasil permanecem marcadas por heranças históricas de exclusão. A trajetória construída sobre bases eugenistas e capacitistas naturalizam violências, se revelando nas próprias contradições dessas políticas de proteção integral. Assim, continuam a orientar práticas institucionais que invisibilizam subjetividades, reforçam a tutela e naturalizam a marginalização desses sujeitos.

Conclui-se que este artigo busca contribuir para a compreensão crítica dos mecanismos que sustentam tais violências, bem como para a urgência de superá-las. Ao provocar essa discussão, pretende-se ainda fortalecer o compromisso com uma prática profissional ética-política que reconheça a deficiência como parte da diversidade humana, e que afirme, a partir de um compromisso com a luta anticapacitista, o direito de todas as infâncias a existir com dignidade, participação social e pertencimento.

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** / Carla Akotirene.– São Paulo: Sueli Carneiro ; Editora Jandaíra, 2023.

MINAYO, Maria C. de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da política social**. MINAYO, Maria C. de S. [et. al.] (Orgs.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.– 21ª ed.– Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Capítulo 1.

PINNA, Natália P. **Quem cuida de quem cuida: o sofrimento psíquico de mulheres-mães-trabalhadoras negras cuidadoras de crianças com deficiência no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

NUNES, Sarah F. **Entre o capacitismo e a inclusão: a cidadania de crianças e adolescentes com deficiência**. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, dezembro de 2024.